

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NO X CONGRESSO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SOB O LEMA ÉTICA E RESPONSABILIDADE, VERSANDO O TEMA «VISÃO EXTERNA DA PROFISSÃO: CRÍTICAS E CONTRIBUTOS», MUSEU DO ORIENTE, EM LISBOA, NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2010.**

Num momento em que ainda vivemos sob os efeitos de uma crise mundial em cuja origem está uma crise de ética e uma crise de confiança, é-me muito grato participar no Congresso de uma profissão que tem precisamente por objecto proporcionar confiança aos agentes económicos. De facto, se é certo que muitas empresas, especialmente PME, olham ainda para a necessidade de recorrer aos ROC meramente como um custo, a visão externa desta profissão deve ser, fundamentalmente, a dos benefícios que cada empresa e todos os seus *stakeholders* obtêm de uma maior confiança relativamente à informação por si prestada. Confiança proporcionada por uma profissão que, para além da reconhecida qualificação técnica dos seus membros, se rege por elevados padrões de ética e responsabilidade. Não é por acaso que os organizadores deste Congresso, a quem saúdo e felicito por esta iniciativa, escolheram para tema central estes dois princípios nos quais a profissão encontra a sua própria essência: ética e responsabilidade.

Se, relativamente à ética, nunca é demais apelar para a necessidade de elevados padrões de exigência e de uma conduta profissional irrepreensível, o que aliás tem sido repetidamente enfatizado pelo Senhor Bastonário, é relativamente à responsabilidade que me permito dirigir-vos algumas palavras, que, peço-vos, entendam mais como um estímulo a um papel cada vez mais relevante da vossa profissão do que como críticas ou sugestões.

Conheceis, melhor do que ninguém, as empresas portuguesas, a sua economia, a sua situação financeira, os seus méritos e as suas carências. No vosso dia-a-dia, constatais as dificuldades por que passam, bem como a falta de recursos com que se defrontam na sua ultrapassagem. Constatais também que, por vezes, revelam insuficiências que se reflectem na qualidade dos seus relatos financeiros. Esta situação, típica de tantas PME, cria uma responsabilidade acrescida nos ROC, cuja missão se vê assim alargada a uma verdadeira função pedagógica, que julgo dever ser cada vez mais exercida junto das empresas, quer do ponto de vista puramente técnico, quer de demonstração da necessidade e vantagem de produzirem uma informação rigorosa e respeitante dos normativos em vigor, que permita a todos os que com ela se relacionam, e aos seus próprios detentores, o conhecimento da sua real situação, em cada momento.

Do mesmo modo, também reconheceréis a necessidade das empresas profissionalizarem a sua gestão, o que implica a separação das funções, muitas vezes confundidas, de empresário, detentor da propriedade da empresa, e de gestor. Como pessoa isenta, fora do seio da própria empresa, mas conhecedor da sua realidade, o ROC, com a sua influência esclarecida, pode ser o primeiro a fazer passar esta visão e esta necessidade.

Esta separação entre gestão profissionalizada e propriedade, que constitui já a regra entre as empresas de maior dimensão, mas cada vez mais presente, mesmo até entre as PME, cria responsabilidades acrescidas à profissão de ROC.

E não poderemos continuar a pensar que o conceito e os fundamentos do *corporate governance* se aplicam só às grandes empresas!

Perdoar-me-ão as repetidas referências às PME. Estas constituem, como todos sabemos, a base do nosso tecido empresarial e, sobretudo, do nosso emprego. Bastaria esta característica para merecerem neste momento, e mais do que nunca, toda a nossa atenção. E são, certamente, a maior preocupação da AEP, pelo relevante papel que vão assumir na recuperação da nossa economia.

É cada vez mais relevante a responsabilidade social das empresas, não na sua versão mais tradicional de prestação de serviços de carácter social aos seus trabalhadores e de cooperação com o meio local envolvente, mas na vertente fundamental, que é a da responsabilidade da própria empresa assegurar, numa perspectiva de longo prazo, a sua sustentabilidade económica visando a sua perenidade e a manutenção e subsistência dos seus postos de trabalho.

Sendo cada vez em menor número as empresas que têm como referência um empresário que seja ao mesmo tempo gestor e que se sinta responsável, não apenas a curto mas a longo prazo, pela vida e pelos resultados da sua empresa, coloca-se com cada vez maior acuidade a questão do relacionamento entre os gestores da empresa e os seus proprietários, tantas vezes um vasto conjunto de entidades sem um rosto definido e conhecido.

A génese da presente crise mundial encontra-se precisamente, em boa parte, no facto de deficientes formas de relacionamento entre accionistas e gestores terem gerado comportamentos perversos, ditados pela submissão do que deveriam ser os objectivos de longo prazo da empresa a objectivos individuais, de curto prazo, desses mesmos gestores.

Ora, o adequado relacionamento entre estes agentes implica, necessariamente, a maior transparência e rigor nas contas das empresas, dotando aos seus proprietários de uma informação atempada e correcta que lhes permita tomar, em cada momento, as decisões adequadas a uma visão de longo prazo, indispensável à manutenção da empresa e dos seus postos de trabalho.

Encontramos, também neste âmbito, o fundamento para responsabilidades acrescidas dos revisores oficiais de contas.

Não quero, por último, deixar de me referir a um tema difícil, que vos é particularmente sensível: o da co-responsabilização dos ROC quando verificadas situações culposas.

Sei que não podemos confundir auditoria com investigação de fraudes. Sei que não podem ser imputadas aos ROC responsabilidades por infracções culposas cometidas por terceiros. Sei, ainda, que importa distinguir entre erro técnico na detecção de situações irregulares e cumplicidade voluntária. Mas a ética e responsabilidade inerentes à profissão de ROC implicam a responsabilização dos profissionais quando se detectam casos, de negligência ou de dolo, que constituam, de facto, manifesto incumprimento dos seus deveres profissionais.

Pedindo emprestadas palavras do Senhor Bastonário, termino lançando um apelo para que os ROC sejam sempre uma referência moral numa sociedade em que a crise não é só financeira, mas é, sobretudo, uma crise de valores.